

IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS EM ITAPORÃ (1964-1983): CATEQUIZAR E EDUCAR COMO MISSÃO

FRANCISCAN CATECHIST SISTERS IN ITAPORÃ (1964-1983): CATECHIZING AND EDUCATING AS A MISSION

HERMANAS FRANCISCANAS CATEQUISTAS EN ITAPORÃ (1964-1983): CATEQUIZAR Y EDUCAR COMO MISIÓN

Vanessa Zanquini Janczeski

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5774-6535>

Giovani Ferreira Bezerra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4710-3897>

Resumo: O objetivo do artigo é abordar a presença e atuação missionária das Irmãs Catequistas Franciscanas (1964-1983) na zona rural de Itaporã, antigo sul de Mato Grosso (até 1977)/Mato Grosso do Sul (depois de 1977), mais precisamente na escola rural mista inicialmente denominada como “Escola de São Francisco” (1955-1974), e, por fim, como “Escola Francisco de Assis” (1974-2003). Adota-se a perspectiva teórico-metodológica da História Cultural e da História Oral temática. Recorreu-se a diversas fontes, como: documentação escrita da e sobre a escola, depoimentos orais de ex-alunos e/ou ex-professores da escola, correspondências trocadas com as religiosas e livros de memorialistas. Os resultados indicam que as religiosas representavam confiança para as famílias dos estudantes, pois, naquela época, a maioria das pessoas que residia na região se declarava católica e, para elas, tendo pessoas da mesma religiosidade no comando dos estudos, era considerado privilégio, pois, comumente, os professores de escolas rurais eram leigos. A educação e a religião estiveram, assim, aliadas. As religiosas estabeleciam relações de respeito com a população por meio de suas ações catequéticas e pedagógicas na região. A sala de aula era vista como um processo civilizatório dotados de valores cristãos em busca de uma sociedade exemplar, segundo a moral cristã.

Palavras-chave: História das Instituições Escolares. Irmãs Catequistas Franciscanas. Escola Francisco de Assis. Sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.

Abstract: The objective of the article is to address the presence and missionary activity of the Franciscan Catechist Sisters (1964-1983) in the rural area of Itaporã, in the former south of Mato Grosso (until 1977)/Mato Grosso do Sul (after 1977), more precisely in the school mixed rural initially named as “São Francisco School” (1955-1974), and, finally, as “Francisco de Assis School” (1974-2003). The theoretical-methodological perspective of Cultural History and thematic Oral History is adopted. Several sources were used, such as: written documentation of and about the school, oral testimonies of former students and/or former teachers of the school, correspondence exchanged with nuns and books by memoirists. The results indicate that the nuns represented trust for the students’ families, since, at that time, most people who lived in the region declared

themselves Catholic and, for them, having people of the same religiosity in charge of their studies, it was considered a privilege, as, commonly, rural school teachers were lay people. Education and religion were thus allied. The nuns established relationships of respect with the population through their catechetical and pedagogical actions in the region. The classroom was seen as a civilizing process endowed with Christian values in search of an exemplary society, according to Christian morals.

Keywords: History of School Institutions. Franciscan Catechist Sisters. Francisco de Assis School. South of Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.

Resumen: El artículo tiene como objetivo abordar la presencia y actividad misionera de las Hermanas Catequistas Franciscanas (1964-1983) en el área rural de Itaporã, en el antiguo sur de Mato Grosso (hasta 1977)/Mato Grosso do Sul (después 1977), más precisamente en la escuela rural mixta denominada inicialmente como “Escuela São Francisco” (1955-1974), y, finalmente, como “Escuela Francisco de Assis” (1974-2003). Se adopta la perspectiva teórico-metodológica de la Historia Cultural y la Historia Oral temática. Se utilizaron varias fuentes, tales como: documentación escrita de y sobre la escuela, testimonios orales de ex alumnos y/o ex maestros de la escuela, correspondencia intercambiada con monjas y libros de memorias. Los resultados indican que las monjas representaban confianza para las familias de los estudiantes, ya que, en esa época, la mayoría de las personas que vivían en la región se declaraban católicas y, para ellas, tener a cargo de sus estudios a personas de la misma religiosidad, se consideraba un privilegio, ya que, comúnmente, los maestros de las escuelas rurales eran laicos. La educación y la religión estaban así aliadas. Las monjas establecieron relaciones de respeto con la población a través de sus acciones catequísticas y pedagógicas en la región. El aula fue vista como un proceso civilizador dotado de valores cristianos en busca de una sociedad ejemplar, acorde a la moral cristiana.

Palabras clave: Historia de las Instituciones Escolares. Hermanas Franciscanas Catequistas. Colegio Francisco de Asís. Sur de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a presença franciscana feminina no sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul¹ (SMT/MS), no período de 1964 a 1983, mediante sua atuação na instituição escolar rural mista denominada, ao longo desse período, como “Escola de São Francisco” (1955-1974), e, por fim, como “Escola Francisco de Assis” (1974-2003). Essa escola foi fundada, em 1955, por padres franciscanos na cidade de Itaporã – SMT/MS, constituindo-se, de início, em uma iniciativa religiosa e particular na educação primária dessa localidade, instalada precisamente no “Lote dos padres”, no Bairro São Francisco. Esse lote referia-se a uma área de 40 hectares de terra recebida pelos franciscanos, em 1950, como doação da Colônia Municipal de Dourados (CARLI, 2008), a qual, por sua vez, deu origem, em 1953, ao município de Itaporã (Cf. AUTORA XXX, FREIRE *et al.*, 2006). Vindos da Alemanha, após perseguições nazistas (1933-1945) (MARIN, 2011, 2012), os franciscanos tinham se

1 Utiliza-se, neste artigo, a denominação Sul de Mato Grosso referindo-se ao atual estado de Mato Grosso do Sul, devido ao fato de o recorte temporal aqui adotado abranger o período anterior à divisão territorial do antigo estado de Mato Grosso, que aconteceu em 11 de outubro de 1977, oficializada pela Lei Complementar nº 31 e sancionada pelo então presidente da República Ernesto Geisel (BRASIL, 1977). A partir do ano de 1977, surgiu a unidade federativa de Mato Grosso do Sul.

instalado no sul de Mato Grosso desde 1938 (KNOB, 1988), inicialmente em Entre Rios, atual Rio Brillhante - MS. Nas palavras de Autora:

Devido às perseguições do nazismo², os superiores franciscanos da Província de Santa Isabel, da Turíngia, no intuito de evitar que a Província fosse extinta, pois não tinham perspectiva de futuro em seu território, decidiram dispersar seus membros por diversos países. Pereira (2006)³ explica que a Província Franciscana passava por dificuldades financeiras, e os missionários eram muitos, sendo isto um problema, pois o governo nazista não autorizava novas construções religiosas na nação e as perseguições eram constantes. Assim, os missionários se viram obrigados a procurar um novo campo de trabalho, a fim de continuarem representando a Ordem Franciscana. Esses religiosos se deslocaram de sua nação, a Província de Santa Isabel, para o Brasil, tendo como justificava a perseguição nazista. (indicar ano e página)

Knob (1988) ressalta que o Lote dos Padres, chamado pelos franciscanos de Chácara de São Francisco, se tornou uma casa filial da residência fixada pertencente ao Comissariado franciscano de Mato Grosso, primeiro de Campo Grande, e, a partir do ano de 1970, de Dourados. O autor relata sobre o propósito da Chácara São Francisco e as principais construções feitas pelos franciscanos na localidade até 1970:

[...] foi organizada [a chácara] para garantir o sustento do Seminário Franciscano em Rio Brillhante. Constava de uma área de 120 ha de terra boa⁴. Aí foram construídos: a capela de S. Francisco das Chagas, residência dos Franciscanos, *escola rural*, olaria e diversas casas para os agregados. (KNOB, 1988, p. 103, grifo nosso).

Como a administração religiosa da Chácara de São Francisco estava sob a responsabilidade dos padres franciscanos, que já tinham como missão evangelizar a população com o catolicismo, a educação poderia ser um complemento à disseminação da fé católica. Em mensagem escrita aos confrades, Frei Eucário Shmitt, superior responsável pela missão franciscana em Mato Grosso, demonstrava a intenção de criar escolas para conversão com base na religiosidade. Na mensagem, ele explica que era mais fácil influenciar pela

2 O Nazismo foi um movimento político dominante na Alemanha, liderado por Adolf Hitler, que criou força durante a Segunda Guerra Mundial. [...] O Nazismo instigou o antissemitismo, a superioridade ariana, o pangermanismo, o anticomunismo, entre outros aspectos que fizeram surgir, na sociedade alemã, uma atmosfera de luta pela raça e pelo país ariano (KERN, 2012).

3 A autora cita o seguinte texto: PEREIRA, Aline Cerutti. *Representações Franciscanas: O Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande - Mato Grosso do Sul (1950 a 1980)*. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2006. Disponível em: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Mestrado-Hist%C3%B3ria-2006-Aline-Cerutti-Pereira.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

4 Segundo o entrevistado, Sr. Sebastião Rebeque, a princípio o “Lote dos Padres” era só de 40 hectares, mas depois os franciscanos foram adquirindo mais terras; por isso 120 hectares.

escola, pois segundo sugere, saber ler e escrever facilitaria no catecismo. Knob (1988) assim descreve a mensagem do frade franciscano:

Não há que se duvidar: precisamos de escolas que estejam sob nossa influência. Elas são uma condição prévia para uma atividade frutuosa. Por isso vamos fundar em todos os lugares um colégio, uma escola paroquial de ensino primário, de 5 anos, para meninos e meninas, com internato para meninas. Essa escola será inteiramente confiada às irmãs, nós mesmos não teremos nada a ver com ela [...] não interessa, porém, nenhum estabelecimento de ensino secundário. (KNOB, 1988, p. 73).

Em toda a localidade do Lote dos Padres não havia escola e os moradores não tinham como levar e buscar os filhos e agregados para estudarem na sede do município, em Itaporã, visto a dificuldade de locomoção e o tempo que os pais não disponibilizavam, pois estavam se dedicando ao trabalho na terra. Dessa forma, os moradores cujos filhos estavam em idade escolar sentiam a necessidade de um ensino primário para as crianças. O anseio pela escola só aumentava de acordo com o número de famílias de colonos que chegavam à região, em um período conhecido pela “marcha para o oeste”, que fora impulsionado pelo Estado Novo (1937-1945) (NAGLIS, 2014).

Assim, criou-se a escola rural mista na Chácara dos Padres. Atendida por professores leigos durante seus primeiros anos (1955-1963), contratados pelos padres franciscanos, com alguma subvenção pública, a escola tornou-se municipal (1974-1981) e, por fim, instituição escolar estadual (1981-2003), quando foi desativada. As primeiras aulas ocorreram de forma improvisada, na capela que fora construída pelos franciscanos em seu lote. Em seguida, ainda na década de 1950, com a ajuda dos padres e da comunidade, além do auxílio do governo estadual, foi construída uma pequena escola rural de madeira (REBEQUE, 2022). Os professores leigos aí ministraram suas aulas até a chegada das Irmãs Franciscanas Catequistas, em 1964, o que se torna relevante compreender como parte da história da educação escolar do SMT/MS, haja vista os objetivos “civilizatórios” e catequéticos da Igreja Católica na região. Por fim, o prédio de alvenaria só foi construído em 1980, demonstrando o avanço e a relevância da instituição no local.

Na sede de Itaporã, vale ressaltar, desde o ano de 1958, tinham se instalado as Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã em um convento, dando-se início ao atendimento educacional urbano do então recém-criado município. Essas Irmãs administraram a educação por quatorze anos no Grupo Escolar Antônio João Ribeiro (AMARO, 2018; RODELINI, 2022). Logo, era marcante na localidade a presença religiosa feminina, em perspectiva educacional-missionária, com orientação católica. Como o trabalho dos professores leigos já têm sido significativamente abordado na historiografia da educação (PIACENTINE, 2012), neste artigo, faz-se o recorte pela presença franciscana feminina, dadas as suas especificidades e o fato de o assunto ainda ser pouco problematizado em relação ao SMT/MS. Além disso, posto que as Irmãs da Penitência e Caridade Cristã, que es-

tiveram atuantes no referido grupo escolar de Itaporã, já foram estudadas (AMARO, 2018; RODELINI, 2023) o foco, aqui, são as Irmãs Catequistas Franciscanas (1964-1983).

ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Do ponto de vista teórico-metodológico, para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se respaldo na História Cultural. Esta permite que os olhares se voltem para as especificidades humanas e que o pesquisador busque novas abordagens, aproximando-se dos indivíduos de uma sociedade, no desenvolvimento de suas múltiplas práticas cotidianas e na forma como leem seu mundo e a ele dão sentido. “Essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se apropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural” (CERTEAU, 1998, p. 41).

De acordo com Chartier (1990), a História Cultural oportuniza ao historiador escrever sobre a cultura de uma época por meio das práticas, apropriações e representações que foram significativas aos indivíduos de uma sociedade, através de seus modos de viver e pensar. O autor ainda explica que as representações não são neutras; elas são construções e percepções sobre o real que acontecem diariamente por meio das relações de conflitos, disputas, discursos, baseadas nos interesses dos grupos sociais e em suas apreciações identitárias. Essa vertente tem colaborado para que os estudos sobre a História da Educação ampliem seu potencial analítico e abandonem estereótipos, trazendo para a pesquisa sujeitos ordinários de práticas comuns.

A História Cultural abriu, então, espaço para que estudiosos ampliassem os temas de pesquisa e buscassem novas fontes, fizessem novas perguntas, e também expandiu as formas de análise, contribuindo significativamente para os estudos históricos de modo a facilitar a compreensão das práticas culturais e simbólicas que compõem a vida social humana: modos de ser, de fazer, de viver, de educar, dentre tantas outras. “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos” (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Tendo em vista o referencial adotado, no que tange ao desenvolvimento metodológico desta pesquisa histórica, e considerando os objetivos propostos, foi fundamental adotar um conjunto de técnicas de análises documentais, visitas a acervos e arquivos históricos e trabalho de campo por meio de depoimentos orais, tomando-se a memória como fonte histórica. Ademais, recorreu-se à pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, teses e dissertações, em materiais impressos e eletrônicos para subsidiar a escrita desta narrativa historiográfica.

Para a produção de fontes escritas oficiais e de rotina administrativa da instituição escolar, recorreu-se ao arquivo da Escola Estadual Olívia Paula, localizada no distrito de Piraporã, município de Itaporã. Essa instituição escolar foi o destino dos documentos da

Escola Francisco de Assis. Nessa busca, encontrou-se uma barreira, pois a Escola Olívia Paula passou por uma reforma e alguns documentos foram extraviados. Então, foi possível o acesso somente às atas de resultados finais a partir do ano de 1964.

Recorreu-se a arquivos pessoais de ex-alunos e ex-diretores, por meio dos quais se obteve acesso a alguns documentos da escola, como com a ex-professora e ex-diretora Marlene Barbosa Sampaio, nascida no ano de 1950, que atuou na escola como diretora a partir do ano de 1983. Ela organizou os documentos em uma pasta catálogo com a finalidade de conservá-los, preservando a memória da instituição. Também foi possível localizar com o senhor Milton Rebeque, ex-aluno e ex-morador do Bairro São Francisco⁵, alguns livros de registros escolar, os quais estão nomeados em sua capa como: República dos Estados Unidos do Brasil - Convênio de Estatísticas Educacionais de 1931 e Registro Escolar: matrícula, frequência diária e aparelhamento escolar⁶.

Houve, ainda, a colaboração de algumas religiosas, como a Irmã Feliciano Bento, nascida no ano de 1933, que, com muita generosidade e presteza, escreveu cartas com informações valiosas, tendo muito colaborado com a pesquisa histórica. Além dela, a Irmã Anita David, secretária da Província⁷ Santa Tereza do Menino Jesus, em Mato Grosso, onde também reside a Irmã Feliciano, contribuiu com informações dos arquivos da secretaria da localidade. Essas informações foram enviadas, pela religiosa, junto às correspondências escritas, assim como o Documento Histórico-Itaporã, além de escritos enviados por mensagem eletrônica via *e-mail*.

A Irmã Cristina, com muita prontidão e gentileza, enviou alguns documentos por meio do aplicativo de mensagem *WhatsApp*, como o Memorial da Irmã Feliciano Bento e o da Irmã Clélia Maria Cattoni, em colaboração com a pesquisa histórica. Na Paróquia de São José de Itaporã-MS, localizou-se o Livro Tombo, no qual se foram encontradas informações sobre a chegada e a vivência dos religiosos franciscanos na região do Bairro São Francisco. Também se recorreu ao Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) à procura de documentos do período visado, pois o laboratório abriga documentos regionais. Sabendo de tal possibilidade, buscou-se documentos referentes à Escola Francisco de Assis, ocasião na qual foi possível o acesso ao Requerimento de Adicional da Irmã Clélia, datado de 1969, o qual é abordado logo mais neste artigo. No *Quadro 1* relacionam-se os documentos encontrados e selecionados para o desenvolvimento da pesquisa histórica.

5 Milton Rebeque é sobrinho do entrevistado Sebastião Rebeque.

6 Aparelhamento Escolar refere-se a mobiliários, utensílios e material didático de uso permanente.

7 Província: reunião dos conventos ou ordens religiosas de um país (PROVÍNCIA, 2023).

Quadro 1 – Fontes relacionadas à Escola Francisco de Assis

Fontes históricas	Data de registro
Livro de Registro Escolar: Matrícula, frequência diária e aparelhamento escolar	1955 a 1969
Diário Oficial Criação de Escolas Rurais Mistas	20 de abril de 1955
Diário Oficial Auxílio Financeiro do Estado para a Escola Francisco de Assis	10 de novembro de 1956
Atestado de criação da Escola São Francisco.	6 de julho de 1956
Livro Tombo da Paróquia de São José da cidade de Itaporã-MS	10 de maio de 1956
Documento Histórico-Itaporã Obras e Serviços Anexos-Escola Primária e Pastoral Paroquial	1964
Requerimento de Adicional – Irmã Clélia, datado de 1969 (CDR/UFGD)	1969
Decreto nº 63/74 criação da Escola “Francisco de Assis” pelo município	14 de outubro de 1974
Atas dos resultados finais	1964 a 2003
Autorização de funcionamento até a 4ª série	26 de dezembro de 1974
Justificativa de requerimento de transferência da escola do município para o Estado	26 de abril de 1976
Autorização nº 172/76, de funcionamento de 1ª a 8ª série do Ensino de 1º grau	30 de abril de 1976
Cópia do Diário Oficial Termo de Convênio Estado e Prefeitura	08 de novembro de 1976
Cópia do Diário Oficial Decreto nº 849, que versa sobre a autorização de funcionamento da 1ª a 8ª série da Escola Francisco de Assis	30 de dezembro de 1976
Planta da área doada para a Prefeitura Municipal de Itaporã	12 de fevereiro de 1978
Escritura pública de doação outorgante Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas e outorgada donatária a Prefeitura Municipal de Itaporã	01 de julho de 1978
Cópia do Jornal “O Progresso” com a Publicação do decreto de autorização de doação de uma área de terra, onde se encontra construída a escola, da parte da Prefeitura Municipal de Itaporã para o Estado de Mato Grosso do Sul.	27 de março de 1981
Cópia da publicação do Decreto nº 966 de incorporação da Escola Francisco de Assis à Rede Estadual de Ensino	03 de abril de 1981
Planta baixa da Escola Francisco de Assis	19 de fevereiro de 1981

Ofício nº 21/1981, referente à solicitação de energia elétrica para a Escola Francisco de Assis	16 de novembro de 1981
Ofício nº 7510/2127/81, referente à informação sobre energia elétrica	24 de novembro de 1981
Ofício nº 3613/ARE/1962/NSVERF/81, referente à autorização de ligação de energia elétrica	01 de dezembro de 1981
Deliberação CEE nº 431 de Reconhecimento do ensino de 1º grau completo na Escola Francisco de Assis – 1ª a 8ª série e Validação de estudos referente ao período de 1978 a 1981	10 de dezembro de 1982
Relatório/Parecer nº 388/82 de Reconhecimento do Ensino de 1º grau – 1ª a 8ª série e Validação de estudos referente ao período de 1978 a 1981.	10 de dezembro de 1982
Cópia do Diário Oficial nº 1013 – Resolução/SE nº 55, Escola de difícil acesso.	03 de fevereiro de 1983
Registro de Imóveis em nome do Estado de Mato do Sul	16 de dezembro de 1983
Correspondências de relatos escritos da Irmã Feliciano Bento sobre sua vivência no Bairro São Francisco e contribuições da Irmã Anita	20 de junho de 2022
Correspondência via e-mail Relatos da Irmã Feliciano	05 de julho de 2018
Mensagens e documentos enviados pelo aplicativo de mensagem WhatsApp, Memorial sobre a Irmã Clélia e Irmã Feliciano	29 de novembro de 2022

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas fontes históricas.

Para complementar a pesquisa, o trabalho se ancorou também na abordagem da História Oral temática como ferramenta metodológica de investigação, que permite ao historiador ampliar os modos de problematizar e interpretar o objeto pesquisado, além de possibilitar a abordagem de diferentes grupos sociais. A História Oral viabiliza a produção de uma documentação histórica que foge da rigidez dos documentos oficiais, permitindo a investigação e questionamentos para além do já produzido. Esses documentos são singulares, pois são frutos dos diálogos ocorridos entre o pesquisador e o participante da pesquisa (FERREIRA; AMADO, 2006). Sarat e Santos (2010) complementam que:

Trabalhar com a história oral torna-se possibilidade de ouvir não somente minorias, mas valorizar todos aqueles que estejam representados nas pesquisas e investigações, valorizando vozes de pessoas, trajetórias de vida, memórias, biografias, histórias que possam dar respostas aos nossos questionamentos. Este é um dos desafios dos historiadores orais. (SARAT; SANTOS, 2010, p. 50-51).

Segundo os autores, a História Oral é a chave de ativação da memória. A partir dela, o pesquisador terá acesso aos detalhes de cada lembrança ativada pela memória das pessoas entrevistadas, que trarão o passado ao presente. Os acontecimentos são reavivados quando o participante da pesquisa começa a narrar os fatos que vivenciou, presenciou e estão registra-

dos em sua memória (SARAT; SANTOS, 2010). David, P. (2013) complementa que, por meio da História Oral, o entrevistado demonstra o significado de suas experiências, a forma como ele mesmo interpreta os fatos passados relacionados às questões sociais. Conforme alertam Sarat e Santos (2010), a memória pode ter alterações, pois algum tempo já se passou, mas, ainda assim, o narrador, na maioria das vezes, concilia os fatos com lugares, eventos, fotografias, datas comemorativas, para que a memória seja, dentro das possibilidades, próxima às lembranças.

Em vez de depoimento oral, a Irmã Feliciano preferiu escrever, em cartas, as lembranças da época em que esteve no Bairro São Francisco. Por meio desses escritos, ela relatou sua vivência e experiências como missionária na localidade. Trabalhar com cartas vislumbra interesses aos estudiosos, “os agentes históricos como portadores de experiências vividas, por meio da memória, são capazes de construir narrativas e atribuir sentidos formulando sua identidade e do seu grupo social” (ANDRADE; PADOIN, 2017, p. 23). Sabendo que as cartas podem trazer consigo informações sobre as épocas, sobre os avanços de uma sociedade, suas lutas e representações, as maneiras de ver e pensar, os costumes, a história do ponto de vista de quem escreveu, enfim, um reencontro com a própria história, faz-se importante o estudo da memória escrita (MIGNOT, 2005).

Então, para o andamento desta pesquisa foram consideradas e analisadas as cartas da Irmã Feliciano que chegaram carregadas de lembranças, trazendo relatos de acontecimentos na localidade do Bairro São Francisco, o que possibilitou o alargamento da investigação durante a pesquisa histórica. As cartas foram recebidas no endereço da primeira autora, tendo sido redigidas pela própria Irmã Feliciano, que também assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)⁸ consentindo o uso das informações e sua participação na pesquisa. Também foram recebidos, via correio eletrônico, *e-mails*. Em um deles constava os relatos escritos, no ano de 2018, pela franciscana, sobre suas lembranças do tempo que viveu na localidade da escola pesquisada.

Também a Irmã Cristina colaborou por mensagem via aplicativo *WhatsApp*, compartilhando documentos em que as Irmãs Feliciano Bento e Clélia Maria Cattoni registraram suas memórias. Abaixo, no Quadro 2, são listados os nomes dos participantes da pesquisa que colaboraram com depoimentos orais ou escritos, resgatando as lembranças por meio da memória.

Quadro 2 – Participantes da pesquisa

Nome	Data das entrevistas	Função/envolvimento	Período (século XX)
Sebastião Rebeque	11/05/2022	Aluno/ pai de alunos	Década de 50 (aluno) e pai de alunos nas décadas de 80 e 90
Marlene Barbosa Sampaio	18/05/2022	Professora/Diretora	Década de 70/80/ 90

8 O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UFGD), como consta no Parecer consubstanciado de número 5388695, CAEE: .

Rosa dos Santos Andrade	25/05/2022	Aluna e mãe de alunos	Década de 60 (aluna) e mãe de alunos nas décadas de 80 e 90
Irmã Feliciano Bento	28/06/2022 (recebimento da carta)	Professora	Década de 1960 a 1980

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados coletados

Os participantes foram esclarecidos sobre as condições éticas e propósitos da pesquisa mediante o TCLE, o qual foi assinado por eles, expressando sua **concordância e participação voluntária**. A partir daí, foram iniciados os diálogos, sendo alguns realizados de forma presencial e outros por meio de mensagens de voz e de texto, além de informações escritas por correspondência. As entrevistas foram gravadas em áudio e armazenadas digitalmente em um banco de dados. Todos os participantes aqui citados aceitaram ter seus nomes revelados na pesquisa; portanto, não há nomes fictícios neste estudo.

Salienta-se que as fontes passaram análises, categorizações, questionamentos e críticas para viabilizarem a escrita sobre a criação, as transformações e os nexos estabelecidos pela Escola Francisco de Assis na educação no SMT/MS, em narrativa historiográfica. As entrevistas foram transcritas e analisadas, tendo sido alguns trechos textualizados para melhor legibilidade, dado ser “conveniente que as falas transcritas, para serem apresentadas publicamente, recebam pequenos ajustes na grafia” (MANZINI, 2014, p. 13). Além das fontes citadas, recorreu-se a alguns livros escritos por memorialistas, utilizados, aqui, como fonte e cotejados com outras, como é o caso do livro *A missão franciscana do Mato Grosso*, de Knob (1988), que é da mesma ordem dos franciscanos, a Ordem dos Frades Menores; e o livro *Paróquia São José de Itaporã-MS*, de Freire *et al.* (2006).

A CHEGADA DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS AO BAIRRO SÃO FRANCISCO

A *Imagem 1* ilustra a chegada das primeiras três Irmãs Catequistas Franciscanas a Campo Grande, capital do atual Estado de Mato Grosso do Sul⁹. O ano era 1956, e as religiosas chegaram ao então Estado de Mato Grosso com a missão de ajudar na evangelização, realizar trabalhos pastorais e obras assistencialistas e colaborar com a educação. As duas primeiras Irmãs da congregação catequistas franciscanas a chegarem ao município de Itaporã foram as Irmãs Feliciano Bento e Reinildes Reisdorfer, tendo isso ocorrido no dia 25 de fevereiro de 1964 (KNOB, 1988).

A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas emergiu no contexto católico, buscando suprir as necessidades de educação, saúde, assistência social. Assim, as

⁹ Pelos escritos das Irmãs, elas eram de Santa Catarina, depois foram para Rondonópolis-MT e depois para o atual Mato Grosso do Sul, então sul de Mato Grosso.

religiosas assumiram como missão viver no meio do povo, tendo a identidade professoral centrada em crenças da religião católica. Os imigrantes italianos foram os criadores da Congregação, porém, essa companhia emergiu junto aos princípios franciscanos alemães. A Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas foi oficializada em 14 de janeiro de 1915, na cidade de Rodeio-SC, e teve como fundador o frei Polycarpo Schuhen e três jovens: Amábile Avosani, Maria Avosani e Liduína Venturi (KANTOVITZ; OTTO, 2016).

Imagem 1 – Irmã Feliciano Bento situada à esquerda (1956)



Fonte: Knob (1988, p. 351).

Essas missionárias, ainda no ano de 1964, iniciaram sua contribuição na Escola de São Francisco, no Lote dos Padres. Além disso, também estavam presentes na catequese, na liturgia da Igreja e em visitas pela localidade e região, como registrado no documento: *Histórico-Itaporã – Obras e serviços anexos-escola primária e pastoral paroquial (1964)*:

Casa Madre Avosani foi estabelecida a pedido dos padres franciscanos, na pessoa de frei Liberato, os quais doaram às Irmãs a casa mobilada e escola. As pioneiras Irmãs Feliciano Bento e Reinildes Reisdorfer, assumiram a direção da escola e a Pastoral da Comunidade (ARQUIVO PARTICULAR DA PROVÍNCIA SANTA TEREZA DO MENINO JESUS, MT).

Irmã Feliciano, em seus escritos, rememora a época em que chegou ao Bairro São Francisco e o tempo durante o qual viveu lá. Nascida em 11 de novembro de 1933, ela vivia, à época da produção deste texto (2022-2023), na Província Santa Tereza do Menino Jesus, em Rondonópolis-MT. Segundo a Irmã, os frades, quando se viram diante do aumento de moradores da comunidade e, conseqüentemente, das crianças, além de saberem sobre a falta de formação profissional dos professores que contratavam, decidiram requerer a vinda das Irmãs Catequistas Franciscanas para lecionar na escola:

Frei Liberato, residente no bairro São Francisco, que era conhecido como Lote dos Padres, escreveu para a Madre superiora das Irmãs C. Franciscanas, residentes em Rondonópolis MT, pedindo Irmãs para abrirem uma casa religiosa no Bairro para cuidar da escola primária que havia no Bairro. Seu pedido foi atendido [...] (BENTO, 2022).

Assim, as Irmãs Catequistas Franciscanas foram para o Bairro São Francisco para desenvolver sua missão. Irmã Feliciano relembra quando chegou à localidade:

Não lembro a data da chegada, mas creio que foi no ano de 1963 ou 64. O lugar era chamado de “Lote dos Padres”, que depois passou a ser chamado “Bairro São Francisco”. Os frades já moravam lá e cultivavam a terra com grandes plantações de soja, feijão, milho, arroz e outros. Naquele tempo já tinha alguns maquinários que eram usados para o plantio e colheita. Toda produção destinava-se à manutenção do seminário em Rio Brilhante. Os frades moravam numa casa de madeira e tinham um grande barracão para recolher e armazenar o produto. Tinham vários trabalhadores para o serviço da lavoura. (BENTO, 2018).

Segundo a Irmã Anita David, em todos os arquivos por ela pesquisados, correspondente à Casa da Irmandade em Itaporã, na Chácara São Francisco, constam que a Casa foi aberta em 1º de março de 1964. Assim, entende-se que, a partir de março de 1964, as Irmãs começaram a desenvolver sua missão no Bairro São Francisco. Irmã Feliciano, nestes termos, descreve sobre os moradores da redondeza:

Os moradores dos arredores eram todos lavradores. Todos cultivavam suas terras, uns na própria, outros eram arrendatários. A terra era boa e muito produtiva. Tudo o que plantavam colhiam em abundância. O povo todo era de fé profunda e frequentavam a igreja aos domingos, participavam com entusiasmo, rezando e cantando, pois tinham uma voz maravilhosa. Muitos eram mineiros [de Minas Gerais] e de fé profunda em suas rezas de tradição familiar. (BENTO, 2018).

Sobre a escola e a casa onde residiram, a Irmã recorda:

Quando cheguei lá já havia a escola com duas salas de madeira, duas janelas cada uma, era bem arejada, não tinha piso, só de cimento. Frei¹⁰ construiu uma casa de madeira para as Irmãs, anexa às salas de aula. Era tudo muito precário, mas o suficiente para viver. (BENTO, 2022).

A missionária rememora sobre a residência onde foram morar e conta que os móveis para a residência foram comprados pelos frades. Ela resume seus escritos dizendo que a casa era composta por:

10 Frei Liberato Ketterer. A Casa Madre Avosani, foi estabelecida a pedido dos padres franciscanos, na pessoa de frei Liberato.

[...] uma sala de visita, um quarto com três camas, uma cozinha espaçosa que servia também de refeitório [...]. Os móveis necessários foram comprados também pelos frades. O fogão era grande, à lenha e funcionava muito bem. O banheiro era fora, mas junto a casa. Não havia energia elétrica. Os freis sempre preocupados com nosso bem-estar instalaram uma bateria que nos fornecia luz à noite. (BENTO, 2018).

Segundo Bento (2022): “Na época, a escola, era a mais reconhecida pelo fato de ter Irmãs como professoras”. Isso porque, do contrário, a instituição, como outras escolas rurais do período, seria atendida apenas por professores leigos. A afirmação da religiosa vai ao encontro da fala da participante Rosa Andrade (2022):

[...] E quando foi em 64 chegaram as Irmãs. A escola já tinha, que o professor Ismar, ele já foi professor lá, o professor Reinaldo¹¹. Aí chegou as Irmãs, a Irmã Feliciano, a Irmã Renildes e a Irmã Laura. Aí o meu pai foi, [me] matriculou lá, e vários pais, ali tudo, colocou na escola das Irmãs [...]. (ANDRADE, 2022).

Com a notícia da chegada das religiosas se espalhando, o número de alunos cresceu, como ainda comenta Rosa: “Todo mundo botou lá, porque as Irmãs, aí todo mundo tinha mais... confiança [...] de ensinar as crianças [...]” (ANDRADE, 2022). Por meio de sua fala, denota-se que a religião, além de representar confiança, era sinônimo de educação moral para os indivíduos. Ademais, muitos viam na escola um modelo de rigor no processo de ensino e aprendizagem e apreciavam ritos disciplinares, relacionando-os a uma educação de qualidade, isso porque, talvez, socialmente esses indivíduos foram influenciados por discursos políticos ligados à Igreja Católica e a correntes conservadoras da época (MONTALVÃO, 2021).

Aos redores da Chácara do Bairro São Francisco, havia três comunidades: Vila União (hoje distrito de Piraporã), Santa Terezinha e Montese. Todas são distritos de Itaporã atualmente. Na época, segundo a Irmã Feliciano Bento, sempre que possível, o frei Liberato Kietterer, auxiliado por dois irmãos frades (não identificados por ela), ia a tais comunidades celebrar missas e uma Irmã sempre o acompanhava. O religioso também atendia nas confissões, e a Irmã trabalhava com a catequese, além de ensaiar cantos e preparar a liturgia.

Os missionários sempre falavam com a comunidade em relação às vocações e convidavam os moradores para seguirem a Jesus Cristo. A Irmã Feliciano relembra que, no início, a missão naquele lugar não foi fácil, mas a fé em Deus e o amor ao povo a fortaleceu para superar todas as dificuldades (BENTO, 2022). A Irmã também recorda a situação dificultosa que a população enfrentava na época em que residiam na Chácara São Francisco:

Os alunos não tinham uniforme, pois todos eram pobres, vinham com as roupas que possuíam, maioria vinham descalços. [...] Então, foi criado um uniforme padrão. Um tecido verde com listrinhas brancas. As meninas eram vestidos e os meninos, camisa; era até bonito ver! (BENTO, 2022).

11 Professores leigos que haviam atuado na escola antes da chegada das Irmãs Catequistas Franciscanas, o que se deu em 1964.

A religiosa relembra o relacionamento ótimo com as pessoas da região e conta que as Irmãs eram agraciadas com ovos, verduras, leite, carne de porco. Elas faziam visitas nas casas, mas havia dificuldade quando chovia, devido ao barro vermelho e grudento, que tornava a região de difícil acesso (BENTO, 2018).

3.4 A ESCOLA RURAL MISTA DO BAIRRO SÃO FRANCISCO: ATUAÇÃO DAS IRMÃS CATEQUISTAS FRANCISCANAS

Compreender a complexidade que envolve uma escola explorando as fontes, colhendo informações que expliquem suas relações com o contexto sociocultural onde está inserida, sua organização, o seu fazer pedagógico, suas representações e práticas, assimilando-as aos planos macro, micro e meso, é o modo de se construir o processo histórico. “É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar” (MAGALHÃES, 2005, p. 98). Com esse pensamento, buscou-se explicar a expansão da Escola de São Francisco quando esta passou a ser dirigida pelas Irmãs Catequistas Franciscanas.

Quando as Irmãs Catequistas vieram para a região do Bairro São Francisco, os frades franciscanos doaram a elas um terreno de 2,0 ha e 6.834 m² (dois hectares e seis mil e oitocentos e trinta e quatro metros quadrados). Esse lote foi registrado no Cartório de Registros de Imóveis de Dourados-MT, sob nº 35.096, livro 03-AV, no nome das Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas, entidade religiosa estabelecida na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina. Diante da necessidade de uma escola maior na localidade e sabendo da exigência do Governo de Mato Grosso, que só apoiaria a construção de uma escola em terreno próprio, as religiosas, em colaboração e incentivo à escolarização, desmembraram uma parte do seu lote para a construção e instalação de uma unidade escolar de alvenaria. Assim, no dia 1º de julho de 1978, realizaram a doação de 6.834 m² (seis mil e oitocentos e trinta e quatro metros quadrados) de seu lote para a Prefeitura Municipal de Itaporã. Assim, com o espaço de terra doado por elas, a prefeitura municipal possuía lugar para construir a escola. O próximo passo foi buscar apoio do Governo estadual para conseguir aquele feito. O governador do Estado, Pedro Pedrossian, que havia recebido os moradores reivindicantes, atendeu às suas solicitações e autorizou a construção de uma escola de alvenaria, no Bairro São Francisco, cujo processo ocorreu em 1980. Como ressalta o Sr. Sebastião Rebeque (2022), “[...] só depois de doado, o Estado não fazia em terreno alheio”

Faz-se importante destacar que as relações da escola do Bairro São Francisco nem sempre aconteciam de forma linear; por vezes eram permeadas por conflitos. Mesmo que os religiosos fossem responsáveis pela escola, segundo registros no Livro Tombo, o Governo, no ano de 1964, tentou interferir na contratação dos professores. Magalhães (2004, p. 124) destaca que “A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos

mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço”. Sua “[...] evolução se apresenta profundamente marcada pela sua inscrição nas conjunturas históricas locais” (MAGALHÃES, 2004, p. 124). Apesar das interferências, os frades franciscanos resistiram à contratação de professores não indicados por eles. Conforme registrado no Livro Tombo da Paróquia de São José da cidade de Itaporã-MS, houve uma interferência política em relação a esse aspecto:

Este ano começa mal quanto ao ensino nas escolas. Logo no início do ano lectivo as dificuldades com os políticos que tanto se intrometem no ensino criando dificuldades sem fim para as Irmãs que dirigem e leccionam nos dois grupos.

O vigário sempre é envolvido nestas querelas, porque não pode admitir que nas escolas e sobretudo na nossa Escola de São Francisco haja intromissão malévola contra o bom andamento do ensino.

Dificuldades tivemos quando chegaram as primeiras Irmãs de Rodeio¹² – Catequistas para tomar conta da nossa escola. Verificamos que os senhores políticos nomearam, sem que nos soubéssemos 7 professores para nossa escola, lotando as em outras escolas somente para satisfazer aos amigos, que lhes davam uns votos na eleição!

Que dificuldades para as nomeações das Irmãs!

O cumulo da desordem foi a nomeação de uma professora crente para nossa escola. Não podíamos aceitar tal ataque direto contra nossa escola e fizemos então um movimento contra tais abusos”. (LIVRO TOMBO, 1964, p. 11-12 [grifo no original]).

Pode-se perceber que os religiosos pretendiam exercer uma autonomia no campo da educação na localidade, intervindo na política. Segundo Cunha e Oliva (2014, p. 208):

O campo religioso é o espaço em que agentes e instituições disputam o monopólio nas relações com o sagrado. É, portanto, um campo de luta, de conflitos, no qual cada religião se apresenta como verdadeira, autêntica, até mesmo como tendo sido criada por alguma divindade. As demais, em consequência, são consideradas frutos da ignorância ou do desvio do caminho julgado verdadeiro ou até mesmo traçado por interesses não propriamente religiosos.

Os religiosos pretendiam manter o ensino escolar primário local sob seu controle. Essas ações remetem à busca de domínio da Igreja Católica e da disseminação da fé no Sul de Mato Grosso, permeadas por disputas de interesses religiosos. A Igreja Católica pretendia (de)marcar seu papel na região em favor do catolicismo (CUNHA; OLIVA, 2014). Os franciscanos almejavam que essa fé se expandisse e alcançasse o maior número de pessoas, sendo a educação um campo privilegiado para isso. Dessa maneira a intenção era que, na escola Francisco de Assis, somente professores de religião católica ministrassem as aulas. Em meio a tais conflitos, os padres conseguiram que as Irmãs Catequistas

12 Irmãs de Rodeio são as Irmãs Catequistas que vieram da cidade de Rodeio, em Santa Catarina.

Franciscanas continuassem sob o comando da escola e que prosseguissem com as aulas. A religiosa Irmã Feliciano se recorda como foram os primeiros anos na localidade:

Como o número de alunos aumentava e as salas [eram] poucas, ficou necessário ter aulas o dia todo, o que não foi difícil, pois quem lecionava eram as Irmãs, a casa delas era anexa às salas de aula. Era tudo muito precário, mas não deixava a desejar, pois os alunos que podiam, iam para o ginásio na cidade. Havia muita necessidade de material, principalmente didáticos. (BENTO, 2022).

Em relação à rotina da escola, a Irmã conta que era realizada oração e doutrina, porém, não explica como essa doutrina era passada aos estudantes, mas pode-se depreender que a escola desenvolvia práticas de uma educação católica. Rosa Andrade, em seu discurso, evoca os sentidos e apelos simbólicos que a escola trouxe à comunidade a partir do momento em que foi administrada pelas Irmãs catequistas, lembrando a preferência das pessoas e das comunidades vizinhas em matricular seus filhos na Escola de São Francisco:

Porque era das Irmãs e o ensino era melhor, porque, no meu tempo, a professora que me ensinava, ela tinha a quarta série. Quando chegou as Irmãs e todo mundo... “as Irmãs têm estudo, as Irmãs sabem educar”, e davam ensino religioso, né? Era bem disciplinado assim em termos. Não começavam a aula sem orar. A Irmã todo dia fazia oração, não começava sem [orar]. (ANDRADE, 2022).

A Irmã Feliciano relembra que, na época, “[...] não havia outros funcionários; a limpeza das salas de aulas as Irmãs faziam com os alunos [...], que se sentiam orgulhosos por poderem prestar alguma ajuda” (BENTO, 2022). Rosa também evoca que estudavam de segunda a sexta-feira e no sábado havia duas horas de aula; depois, os alunos ajudavam na limpeza da escola:

Cada aluno fazia uma coisa, a Irmã escalava. Outros limpavam, varriam o quintal com vassoura de alecrim. Não era vassoura assim... [...]. Então a gente limpava tudo e depois a última coisa, a gente ia ensaiar os cantos do domingo. (ANDRADE, 2022).

Segundo a missionária franciscana, no início, as aulas aconteciam de 1ª a 4ª série: “Os alunos eram preparados para assumir admissão¹³ ou 5ª série para frequentarem o então ginásio. Para isso teriam que mudarem para um centro maior” (BENTO, 2022). As Irmãs cobravam disciplina, organização e compromisso com os estudos. O fazer pedagógico era rígido e tradicional, segundo a fala da Sra. Marlene (2022):

13 “O exame de admissão ao ginásio foi instituído, em nível nacional, no ano de 1931, e perdurou oficialmente até a promulgação da Lei nº 5692/71, quando foi instaurado o ensino obrigatório de 1º grau, com duração de oito anos, integrando os cursos primário e ginásio em um único ciclo de estudos” (ABREU; MINHOTO, 2012, p. 108).

As Irmãs eram muito exigentes, era muito exigência, assim, o conteúdo tinha que ser estudado, decorado, estudado, pra no outro dia ela chegar e fazer um ditado e até hoje que o povo não fala muito de ditado, mas é que, aquilo que salvava (SAM-PAIO, 2022).

A participante Rosa também precisa acerca do método utilizado para o ensino e para o comportamento dos alunos:

Era meio rígido. Só que o ensino era diferente, a gente estudava bastante pra... memorizar tudo aquilo lá pra fazer a prova. [...] entrava uma pessoa na sala de aula, a gente levantava, né? E assim... [...] As Irmãs diziam que era respeito com aquela pessoa. Aí, a pessoa entrava, aí [...] falava “Pode sentar”. Enquanto ela não falasse “pode sentar”, a gente não sentava. E também não ficava fazendo barulho. Quietinho. (ANDRADE, 2022).

Rosa Andrade (2022) ainda complementa sobre o modo de organização das práticas:

[...] chamava pra fazer fila, na hora do recreio, batia o sino, aí a gente [...], a gente ia pro recreio. Na hora que era pra vir, ela batia o sino [a Irmã] e a gente já fazia as filinhas, certinhas, não entrava aquele mundo de moleque, era tudo certinho. E aí, sempre, não era todo dia, mas sempre, ela pedia pra cantar o hino nacional. A gente sabia o hino nacional, era cantado mesmo, e pra sete de setembro, eles ensinaram da independência, da bandeira, da liberdade, a gente cantou todos esses hinos, até hoje eu sei os pedaços dos hinos que a gente cantava. (ANDRADE, 2022).

Por meio desses relatos, percebemos algumas práticas e representações que se desenvolviam na Escola de São Francisco. O sino, a postura dos alunos, a fila, o silêncio, o hino decorado, a moderação dos movimentos corporais, tudo isso são práticas efetivadas para controle, organização e disciplina dos alunos, impostas nas entrelinhas da cultura escolar. Essa organização contempla

[...] um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10, grifo no original).

Para enriquecer a reconstrução da história da instituição escolar na Chácara dos Padres, buscou-se informações na fonte existente no Centro de Documentação Regional (CDR/UFGD), onde foi possível o acesso ao documento relacionado ao trabalho da Irmã Clélia Maria Cattoni, que, no passado, ministrou aulas no Bairro São Francisco, conforme entrevistados relataram.

Imagem 9 – Requerimento de adicional (1969)

Exmo Sr.
Secretário de Educação e Cultura
Cuiabá (MT)

Irmã Clélia Maria Cattoni, abaixo assinada, professora primária, Padrão PP2, da Escola Rural Mista do Bairro São Francisco, Município de Itaporã, Estado de Mato Grosso, nomeada no dia 3 de maio de 1964, vem mui respeitosamente requerer a V. Excia. se considere-lhe o adicional de 50% sobre seus vencimentos de acordo com o artigo 130 do decreto nº 759 de 22 de abril de 1927, combinado com o artigo 19 da Lei nº 729 de 27 de novembro de 1954 e o artigo 149, item II da Lei 1630 de outubro de 1961, sendo estabelecido conforme artigo 177, §2º das disposições gerais e transitórias da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 124 da Constituição do Estado.

Nestes Termos
P. Deferimento.

Itaporã, 18 de abril de 1969.

D. R. E. Dourados (MT)
Protocolo n.º 375/69
Entrada 24/4/69
Saída 26/4/69
Costa
Funcionário

Irmã Clélia Maria Cattoni
Irmã Clélia Maria Cattoni

D. R. E. Dourados
Assunto: Adicional
Movimentação: SEC

D. R. E. Dourados
Assunto:
M:

Fonte: CDR/UFGD.

De posse do documento escrito constatou-se que a Irmã Clélia Cattoni foi nomeada professora primária na Escola Rural Mista do Bairro São Francisco no dia 03 de maio de 1964. Ainda nesse documento é possível ler que a professora, no ano de 1969, protocolou o requerimento de adicional de 50% sobre seus vencimentos ao Secretário de Educação e

Cultura do Estado de Mato Grosso. Em diálogo com a ex-professora Marlene no decorrer da pesquisa, a entrevistada relembra muito bem sobre o trabalho da Irmã Clélia: “[...] essa Irmã Clélia, nossa! A Irmã Clélia é assim, foi marcada, assim, com os trabalhos dela. Ela gostava de cantar, ela botava as crianças pra marchar, sete de setembro, sete disso, sete daquilo” (SAMPAIO, 2022).

A entrevistada Marlene Sampaio, ex-diretora da instituição, ainda evoca que em 1968 conheceu, de fato, a escola, pois foi morar com as Irmãs franciscanas e, nesse mesmo ano, começou a auxiliar as religiosas nas aulas de primeira série:

De manhã eu trabalhava com elas [...] na casa; à tarde, eu assumi como se hoje fosse a pré-escola [...]. Eu ia auxiliar aquela escola, porque as salas de aula, daquela época, era quarenta, trinta, quarenta e três, que era uma única sala da primeira série. Então, eu estava auxiliando, em 68 eu comecei auxiliar. Aí, depois disso, eu passei a ser professora. (SAMPAIO, 2022).

A ex-diretora ainda explica que, na época, havia turmas de primeiro ano classificadas como A, B e C. Os alunos precisavam passar por esse processo para assim chegar ao segundo ano do primário, pois, segundo ela: “A primeira série era composta de três anos. Quando meus alunos, ou os alunos, saíam desse processo, eles sabiam dividir, [efetuavam] as quatro operações, eles conheciam toda a história do Brasil” (SAMPAIO, 2022).

As religiosas representavam confiança para as famílias, pois, naquela época, a maioria das pessoas que residia na região se declarava católica e, para elas, tendo pessoas da mesma religiosidade no comando dos estudos, era considerado privilégio, porquanto a religiosidade representava uma proximidade com Deus, com o divino. A sociedade era marcada por uma moralidade religiosa e conservadora e tinha na religião um apoio para remediar situações de adversidades, acalmar os conflitos, sendo vista como um auxílio espiritual (FERREIRA, 2021).

A educação e a religião são assuntos antigos e praticamente inerentes à sociedade humana, a educação como necessidade de transmissão de conhecimento, sejam eles culturais, familiares ou científicos, e a religião, como necessidade de explicar o inexplicável, como fonte de esperança e crença em seres superiores e da perspectiva de recompensa no final da vida. (FERREIRA, 2021, p. 92).

Os padres que haviam ficado responsáveis pela religiosidade e plantações nas terras da Chácara do Bairro São Francisco, por sua vez, estavam insatisfeitos com os resultados das lavouras e, no ano de 1963, Frei Liberato planejou fazer do local um centro modelo de agricultura modernizada, na forma de uma cooperativa. Para isso, pediu ajuda ao Comissariado, mas esse não via possibilidades nas intenções do franciscano. Então, recorreu à Cúria Diocesana de Dourados e apresentou sua intenção,

a qual, porém, também não demonstrou interesse por seu projeto. O Frei Andréas Muller interveio a favor a tal projeto, porém, mais uma vez, o Conselho Comissariado Franciscano, em 1966, se manifestou contra a criação de um patrimônio na localidade do Lote dos Padres (KNOB, 1988).

Diante dos fatos e tentativas ocorridas, o procurador das missões, frei Andréas, decidiu mudar o administrador da Chácara. Nomeou como representante do Comissariado, em relação à administração do dinheiro e cuidador da cura de almas, o frei Mateus Rothmann, que permaneceu na localidade até fevereiro de 1968. A administração técnica ficou por conta do agrônomo Sr. José Hotzmannsider, cujo contrato teve validade até o dia 19 de novembro de 1967. Com o passar dos anos, outros padres e também agrônomos administraram a Chácara São Francisco, entre eles frei Paulino, que trabalhou e morou lá até o final de 1977 (KNOB, 1988).

Apesar de todo esforço e trabalho, a Chácara São Francisco não estava rendendo lucros e, em 1974, foi decidido, em Assembleia Custodial, dar o prazo de um ano para que o local produzisse e recuperasse os prejuízos, mas os problemas continuaram. Nessas circunstâncias, o Conselho Comissariado decidiu que a propriedade deveria ser vendida.

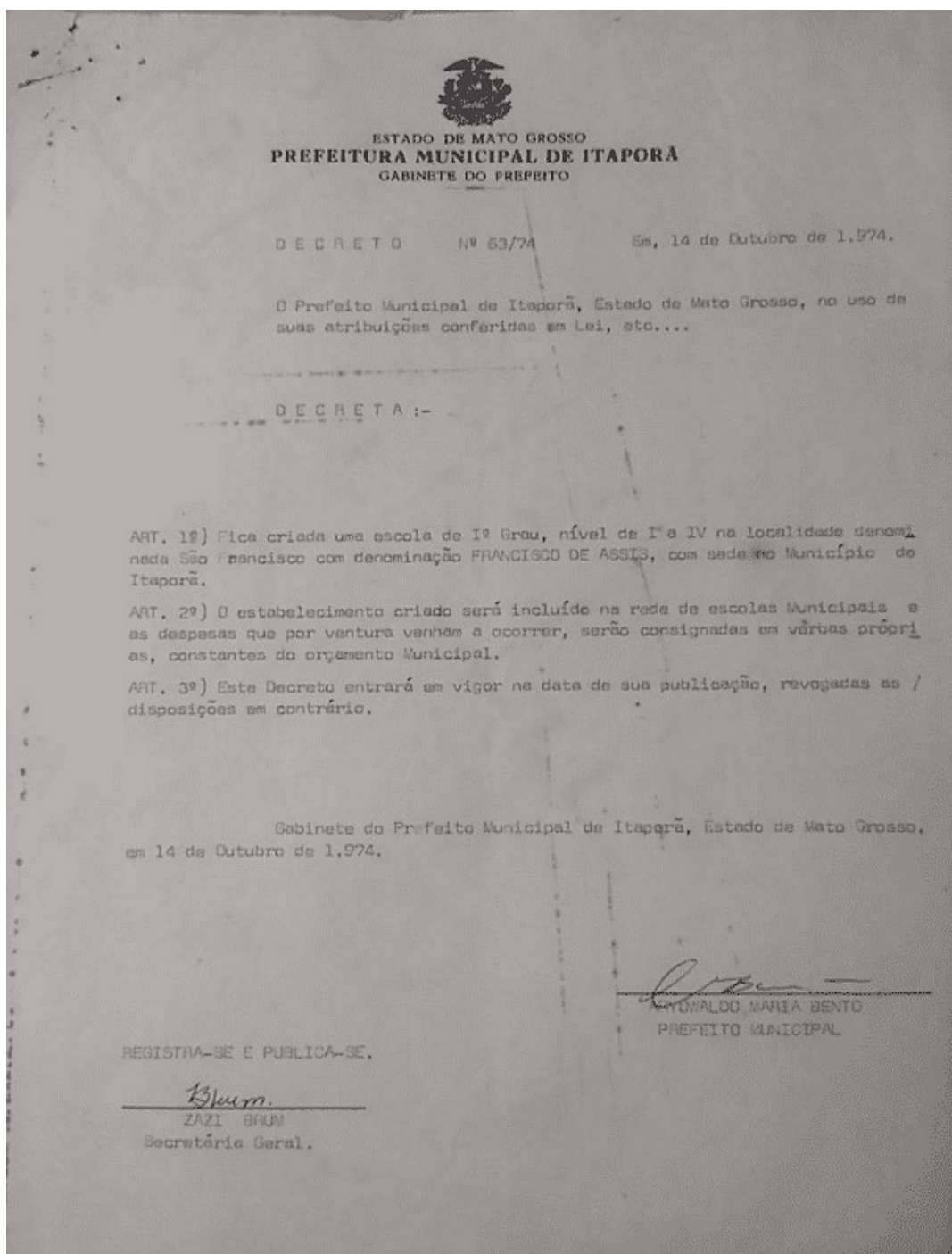
Então, os franciscanos tentaram vender o lote, mas não houve comprador interessado para negociar a terra. Diante dessas dificuldades, resolveram arrendar a Chácara, e, assim, os padres foram se mudando do local. Alguns voltaram para a Alemanha; outros permaneceram no Estado, como frei Paulino Gelissen, que foi para a sede paroquial do município de Itaporã e, mais tarde, em 1986, foi para Campo Grande (FREIRE *et al.*, 2006).

No dia 14 de outubro de 1974, o Prefeito Municipal de Itaporã, Aryowaldo Maria Bento, por meio do Decreto nº 63/1974, incluiu a escola na rede de escolas municipais. Ainda assim, continuou sendo administrada pela Irmãs Catequistas Franciscanas. As religiosas seguiam cumprindo sua missão, se dedicando para a aprendizagem escolar dos educandos, contribuindo, assim, com o desenvolvimento da educação na localidade.

Sendo assim, de 1974 em diante, as despesas da instituição ficaram sobre a responsabilidade do município de Itaporã, e, assim, a escola passou a ser denominada Escola Francisco de Assis, de 1º grau, com nível de I a IV, já em conformidade com a Lei nº 5.692/1971, que estabelecia a Reforma do ensino:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971).

Imagem 4 – Decreto nº 63/74, de 14 de outubro de 1974, que incorporou a Escola Francisco de Assis à Rede Municipal de Ensino de Itaporã



Fonte: Arquivos particulares da Sra. Marlene Barbosa Sampaio

No dia 26 de dezembro de 1974, a Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de Ensino, por meio da Portaria nº 6821, de 26 de outubro de 1973, da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, autorizou a escola a funcionar até a 4ª série do 1º Grau, registrada sob o nº 239 das folhas do livro nº 02, de Autorização das Escolas (Autorização nº 239/74).

Imagem 5 – Autorização nº 239/74, de 26 de dezembro de 1974, que autorizou a Escola Francisco de Assis até a 4ª série do 1º grau

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

A_U_T_O_R_I_Z_A_C_Ã_O Nº 239/74

A Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de En-
sino, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela
Portaria nº 6821 de 26 de Outubro de 1.973 da Secretaria
de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso e em conso-
nância com os princípios que regem a matéria;

R_E_S_O_L_V_E

AUTORIZAR a Escola de 1º Grau Francisco de Assis
sediada na cidade de Itaporã
à Bairro São Francisco nº 6274, neste Esta-
do, a funcionar até a IVª série do 1º Grau, sob
o nº 239 anexado às fls do nº 239
do livro nº 02 da Autorização de Escolas.

Cuiabá, 26 de dezembro de 1.974

Izabel
Izabel de Oliveira Campos
CHEFE DA SPAE

Moreira
Profª Giselaene Moreira
CHEFE DA DISTE

JcJ.

Fonte: Arquivos particulares da Sra. Marlene Barbosa Sampaio

Por sua vez, os frades franciscanos deixaram definitivamente a localidade em 1977, pois a chácara já não estava suprindo suas necessidades conforme esperavam. Com o passar dos anos, a busca por matrículas aumentava, a quantidade de alunos frequentando a escola era crescente e, por conseguinte, as despesas financeiras cresciam na mesma proporção. Isso se tornou uma preocupação para a prefeitura do município de Itaporã, porquanto, após os freis terem se mudado da localidade, ela ficou responsável pelas despesas da escola, como explicou Rebeque: “Aí já os padres participaram menos

de pagamento, era só a prefeitura, mas, como faltava, tentaram passar ela [a escola] pro Estado” (REBEQUE, 2022).

Diante dessa situação, no ano de 1976, o então prefeito do município, Aryowaldo Maria Bento, enviou ao Secretário de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso, no dia 26 de abril de 1976, uma solicitação de transferência da escola de responsabilidade do município para a incumbência do Estado, requerendo também autorização de funcionamento até a oitava série.. Em 28 de setembro de 1976, foi firmado um convênio entre os governos estadual e municipal, e, dentre as cláusulas e condições do acordo, a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), por meio da Rede Estadual de Educação, ficou responsável por auxiliar a Prefeitura Municipal de Itaporã na manutenção do ensino de 1º grau, no nível de 5ª a 8ª séries, com a finalidade de atender a clientela da faixa de obrigatoriedade escolar, e, através da entrosagem de recursos e esforços, implantar progressivamente essas séries visando a clientela na Escola de 1º grau Francisco de Assis, na zona rural, com 154 alunos beneficiados para a 5ª série.

Dessa forma, a SEC se comprometeu a repassar à Prefeitura Municipal de Itaporã, o valor de CR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para os encargos do convênio firmado que começou a vigorar em 1º de janeiro, com validade até 31 de dezembro de 1977, podendo esse prazo ser prorrogado por aditivo. Dentre as cláusulas acordadas, ficou a Prefeitura de Itaporã responsável por apresentar prestações de contas para o Estado; pela manutenção e conservação do prédio escolar, dos materiais permanentes e de consumo, e pela aquisição destes; supervisão e administração da atividades didáticos-pedagógicas na escola; por encaminhar os professores leigos, da época, para cursos promovidos pela Secretaria de Educação e Cultura; além de enviar relatórios bimestrais das atividades para a SEC.

Assim, o Governo do Estado se comprometeu a dar suporte ao município de Itaporã, mas a responsabilidade sobre a escola o prefeito ainda arcava. A escola estava num ponto elevado de seu desenvolvimento e a ideia era que seus alunos não precisassem sair da localidade para continuar os estudos. As Irmãs Catequistas Franciscanas, mesmo a escola tendo sido municipalizada, continuaram na direção da instituição, administrando-a e ministrando aulas. O comando da escola, tendo as religiosas à sua frente, representava para os habitantes benevolência. As missionárias colaboraram com a formação educacional, cultural e religiosa da população local e arredores e buscaram formar uma nova geração de cristãos. Pelo livro de Registro Escolar disponibilizado pelo sr. Rebeque, foi possível perceber que, tendo iniciado com cerca de 32 alunos, sob o comando das irmãs a escola experimentou o maior crescimento, tendo esse número de alunos começado a diminuir significativamente na década de 1980, às vésperas de sua saída da instituição. Conforme conta a entrevistada Rosa Andrade, os alunos da escola não eram somente crianças, mas também pessoas com idades mais avançadas, as quais não haviam tido a oportunidade de estudar na idade recomendada: “Não era tanto criança, tinha gente grande na escola,

porque aquele tempo não era igual hoje” (ANDRADE, 2022). A participante Marlene Barbosa Sampaio complementa: “[...] Eu lembro que a quarta série, em [19]68, era composta de homens, com seus dezessete anos, que já entravam velhos na escola [...]; quando eles chegavam na quarta série, eles já eram adultos” (SAMPAIO, 2022).

Quadro 3 – Quantidade de alunos dos anos de 1974 a 1983¹⁴

ANO LETIVO	PERÍODO	SÉRIE	QUANTIDADE DE ALUNOS
1974	Matutino, vespertino e noturno	1ª a 6ª série e supletivo 1º a 4ª série	254
1975	Matutino, vespertino e noturno	1ª a 7ª série	272
1976	Não consta	1ª a 8ª série	212 (os alunos da 5ª série não estão somados) ¹⁵
1977	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	226 (os alunos da 7ª série não estão somados) ¹⁶
1978	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	207
1979	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	191
1980	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	143
1981	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	108
1982	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	90
1983	Matutino e vespertino	1ª a 8ª série	88

Fonte: Quadro elaborado pela autora, baseado nos documentos das atas dos resultados finais

A educação e a religião estavam aliadas: missas todos os domingos, orações antes das aulas, leituras feitas pelos alunos durante as missas. Os princípios determinados pela escola eram carregados de cunho religioso, a disciplina exigida se justificava a favor da formação de um indivíduo civilizado na sociedade. A educação era vista como oportunidade de conhecimento, melhorias de vida, desenvolvimento da moral e bons costumes, associada à religião como fonte de esperança e um elo com o divino. Assim, os religiosos estabeleciam relações de respeito com a população por meio de suas ações catequéticas na região. A sala de aula era vista como um processo civilizatório dotados de valores cristãos em busca de uma sociedade exemplar.

Percebe-se que as marcas da religião católica na educação local estavam condicionadas nas práticas dos sujeitos. Em diálogo com as informações adquiridas, percebe-se que a comunidade do Bairro São Francisco teve grande aceitação e aderiu ao catolicismo.

14 Pela documentação, não foi possível precisar a quantidade de alunos dos anos anteriores.

15 Não foi possível identificar a quantidade de alunos da 5ª série do ano de 1976.

16 Não foi possível identificar a quantidade de alunos da 7ª série do ano de 1977.

Apesar de ser uma comunidade predominantemente católica, havia famílias que se declaravam de religião evangélica, porém, não criavam resistência em relação à escola, os filhos participavam das atividades escolares, somente exerciam seus direitos de não frequentarem as missas e encontros direcionados à religião católica. Segundo Carvalho (1991),

[...] as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e nomear e a aceitação, a emulação ou a resistência de grupos que não detêm. É nesta “luta de representações” que se dá o processo de construção cultural da sociedade. (CARVALHO, 1991, p. 43).

Conforme relatos da entrevistada Marlene, moradores da região e vizinhança gostavam da presença dos religiosos na educação, sentiam confiança e segurança nos missionários, as Irmãs franciscanas representavam apoio, esperança, caridade, amor e respeito. Assim, A Igreja Católica teve participação ativa nos movimentos sobre o ensino na região. Esteve envolvida nos projetos educacionais no meio rural, procurando sempre incentivar a escolarização e estar presente com seus ensinamentos nos currículos escolares. Segundo Amaral (2005), a Igreja Católica buscava frear o crescimento do protestantismo na região de Dourados e seus arredores, e uma forma de obter êxito nesse objetivo foi fazer aliança com o Estado/Município para que, dessa forma, possuísse domínio em relação às escolas e pastorais.

A instituição seguiu sob o poder do município até o ano de 1981, quando o então governador de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian, decidiu, após pedidos do governo municipal, incorporá-la à Rede Estadual de Ensino por meio do Decreto nº 966, de 03 de abril de 1981, publicado em Diário Oficial no dia 6 de abril de 1981. O município reclamava dos gastos com a escola e, então, o Governo do Estado atendeu ao pedido do prefeito e passou a se responsabilizar por ela. Foi após tal decisão que a instituição passou a ser denominada Escola Estadual de 1º grau “Francisco de Assis”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por quase duas décadas a Escola Francisco de Assis foi dirigida pelas Irmãs Catequistas Franciscanas, que se dedicaram ao cumprimento de sua missão. No mês de março do ano de 1983, a Irmã Maria Fachini se aposentou e decidiu sair da localidade. Dessa forma, a Casa ‘Madre Avosani’ foi fechada, evento ocorrido em 7 de junho de 1983. O motivo da saída das Irmãs da Chácara São Francisco e o fechamento da Casa é justificado nos escritos das Irmãs da seguinte forma: “A comunidade caminha bem com próprias lideranças. Necessidade de abrir novas frentes em áreas mais carentes” (HISTÓRICO-ITAPORÃ, 1964)¹⁷. A Irmã Maria Caetana Fachini viu em sua aposentadoria uma oportunidade para continuar exercendo sua missão em outras comunidades carentes, conforme Irmã Anita David relata:

17 Arquivo particular da Província Santa Tereza do Menino Jesus-MT.

Durante quatro anos assumiu serviços internos no IRPAMAT - Instituto Regional de Pastoral do Mato Grosso Sul e ajudava na formação das aspirantes e noviças. A partir de 1988, Irmã Maria assumiu a pastoral nas comunidades de Comodoro, Dourados e Barcelos no – AM; trabalhou nos serviços internos da sede geral em Joinville – SC; trabalhou como auxiliar do economato na sede provincial e grupos de oração na paróquia Santa Cruz; residiu também em Fátima de São Lourenço, ajudando nos serviços gerais na irmandade e da chácara (DAVID, A., 2019).

Diante da saída das Irmãs da localidade do Bairro São Francisco, a casa e o terreno que os freis franciscanos haviam doado para as religiosas foram devolvidos por elas para a Missão Franciscana: “A casa foi devolvida à Missão Franciscana, bem como terreno” (HISTÓRICO-ITAPORÃ, 1964). Com a partida das religiosas, a escola passou a ser dirigida pela ex-professora, a senhora Marlene Barbosa Sampaio, que, de acordo com as atas de resultados finais, desde o ano de 1982 já assinava como diretora da instituição escolar, por meio da Portaria nº 173/83/ARE. A senhora Marlene por um tempo auxiliou as religiosas com a casa e a escola e, depois, passou a trabalhar na escola como professora. Mais tarde, atuou na secretaria da instituição e, por fim, chegou ao cargo de diretora. Ela era uma pessoa com experiência de trabalho junto às Irmãs Catequistas, motivo que a levou a assumir a função de diretora da Escola Francisco de Assis.

É válido afirmar que ainda há muito para se aprofundar sobre a Escola Francisco de Assis. Dessa forma, finalizar este trabalho não significa que se esgotaram as possibilidades de novos questionamentos e problematizações em relação ao objeto pesquisado; este ainda pode e deve ser problematizado em novas pesquisas e dimensões de estudo. Ademais, quando se sabe que a Escola Francisco de Assis permaneceu ativa por mais vinte anos após a saída das Irmãs Catequistas Franciscanas da localidade, no ano de 1983, prolongando-se até 2003, conclui-se que há muita história para se contar. A partir de novos olhares é possível abrir novas perspectivas de investigações, e este trabalho pode ser um suporte para tais pesquisas, novos caminhos e maneiras de questionamentos no campo temático das instituições escolares.

REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n. 46, p. 107-118, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i46.8640074. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640074>. Acesso em: 5 mar. 2023.

AMARO, Eliane Maria. **Escola Franciscana Imaculada Conceição**: História da instituição educativa na região de Dourados, sul de Mato Grosso (1955-1975). 2018. 236 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

ANDRADE, Gustavo Figueira; PADOIN, Maria Medianeira. A evolução do conceito de fontes históricas a partir da Nova História Cultural e o estudo de cartas. **História em Revista**, Pelotas, v. 21, n. 22, p. 11-26, dez. 2015/dez. 2016. DOI: Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/15954/10009>. Acesso: 19 fev. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Brasília: DF, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm. Acesso em: 26 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1971. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>. Acesso em: 31 ago. 2022.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a Democratização da Terra**: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956). Dourados-MS: Editora da UFGD, 2008.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Saber Teórico – Saber Escolar: perspectiva de pesquisa no campo da história cultural. In: CATANI, Denice Barbara. **A pesquisa em educação e o intercâmbio cultural**. São Paulo: USP, 1991. p. 37-44.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 3. ed., 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio; OLIVA, Carlos Eduardo. Sete teses sobre o Estado Laico. In: MINISTÉRIO PÚBLICO. **Ministério Público em Defesa do Estado Laico**. Brasília: CNMP, 2014. Disponível Em: <http://ole.uff.br/wp-content/uploads/sites/600/2019/07/SETE-TESES-EQUIVOCADAS-DESTACADO-DO-LIVRO.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

DAVID, Anita. **Páscoa de Irmã Maria Caetana Fachini**. In: Irmãs Catequistas Franciscanas. 2019. Disponível em: <https://www.cicaf.org.br/portal/index.php/noticias/item/2431-pascoa-irma-maria-caetana-fachini>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

DAVID, Priscila. História Oral: metodologia do diálogo. **Patrimônio e Memória**, Assis, v. 9, n. 1, p. 157-170, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/313/601>. Acesso em: 26 fev. 2023.

FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FERREIRA, Vanessa Scherer. A influência da Religião na Educação: uma análise do contexto atual brasileiro. In: ZANOTTO, Marijane; ZEN, Rosane Toebe (org.). **Cenários Políticos e Pedagógicos**. Uberlândia, Minas Gerais: Navegando Publicações. 2021. p. 91-107. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_fa2bbe58f5264edd9c9b6ab0de81c764.pdf. Acesso em: 07 jul. 2023.

FREIRE, Azarias et al. **Paróquia São José de Itaporã: seu povo, sua história**. Dourados-MS: Editora Dinâmica, 2006.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38749>. Acesso em: 15 set. 2021.

KANTOVITZ, Geane; OTTO, Carícia. Memórias das Irmãs Catequistas acerca de suas práticas docentes (Santa Catarina, Brasil, 1930-1960). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 15, n. 3, p. 980-1005, set-dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/38544>. Acesso em: 27 fev. 2023.

KERN, Nathália Lunardi. **Sistema trágico coercitivo de Aristóteles e Nazismo: a construção da tragédia nazista**. 2012. 65 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia e Comunicação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54322/000855544.pdf?sequence=1> Acesso em: 26 jun. 2023.

KNOB, Frei Pedro. **A Missão Franciscana do Mato Grosso**. Campo Grande-MS: Ed. Loyola, 1988.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A História das Instituições Educacionais em Perspectiva. In: GATTI Júnior, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. (org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia-MG: EdUFU, 2005. p. 91-103.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANZINI, Eduardo José. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. UNESP, Marília-SP, 2014. Disponível em: https://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2014/03/texto_orientacao_transcricao_entrevista.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

MARIN, Jéri Roberto. Diáspora e identidades: as experiências missionárias dos franciscanos alemães em mato grosso. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano v. 5, n. 13, p. 205-234, maio 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30259>. Acesso em: 30 jun. 2023.

MARIN, Jérri Roberto. Os Franciscanos Alemães em Mato Grosso: Vivências e Identidades. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011. **Anais** [...]. Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011. p. 334-344. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/115.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Vitrine de guardados: exposições de escritas ordinárias como estratégia de preservação da memória escolar. **Resgate**, Campinas, v. 14, p. 35-46, 2005. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v13i14.8645628>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645628>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MONTALVÃO. Sérgio de Sousa. Gustavo Capanema e o Ensino Secundário no Brasil: a invenção de um legado. **Revista História da Educação**, Porto Alegre; Santa Maria, v. 25, p. 1-31, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/108349>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/Y9mMQ-d66DF8Gdr8NpwRbBhB/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2023.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”**: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943-1960). Dourados: EdUFGD, 2014.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. **História da formação para professores leigos rurais**: o curso de magistério rural de Dourados, na década de 1970. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2012.

PROVÍNCIA. In: Dicionário Online de Português. 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/provincia/>. Acesso em: 17 fev. 2023.

RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha. **A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua atuação na educação escolar em Itaporã - MT (1958-1972)**. 2022. 174 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/5353/1/ClaudianiFerreiradaCunhaRodelini.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2023.

SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos. História Oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa, In: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO, Luiz Hermenegildo (org.) **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2010. p. 49-78.

AUTORAAAAAAA

Arquivo

ARQUIVO Particular da Província Santa Tereza do Menino Jesus, Rondonópolis - MT, 2022.

Entrevistas e Relatos

ANDRADE, Rosa dos Santos. Entrevista [25 mai. 2022]. Entrevistadora: XXXXXX. Itaporã - MS, 2022. Arquivo mp3 [59 min.].

BENTO, Feliciano. [Correspondência]. Destinatário: Vanessa Zanquini Janczeski. Dourados, MS, 28 jun. 2022. Carta.

BENTO, Feliciano. Irmandade em Itaporã-Chácara. 15 abr. 2018. Destinatário: XXXXXX.05 jul. 2022. 1 mensagem eletrônica.

DAVID, Anita. Histórico Itaporã. Destinatário: XXXXXXX. 28 jun. 2022. Carta.

REBEQUE, Sebastião. Entrevista [11 mai. 2022]. Entrevistadora: XXXXX. Itaporã - MS, 2022. Arquivo mp3 [40min.].

SAMPAIO, Marlene Barbosa. Entrevista [18 mai. 2022]. Entrevistadora: XXXXXXX. Itaporã - MS, 2022. Arquivo mp3 [1h].